

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2017
AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA USO DO CENTRO
DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL-CRAS

MUNICÍPIO DE SÃO MARTINHO/RS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2017
TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM
Processo Adm. nº 132/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA
AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS
PARA USO DO CENTRO DE REFERÊNCIA
DA ASSISTÊNCIA SOCIAL-CRAS SÃO
MARTINHO/RS

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MARTINHO, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, que às 09:00 horas, do dia 12 do mês de setembro do ano de 2017, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de São Martinho/RS, localizada na Avenida Osvaldo de Souza, nº 124, Bairro Centro, se reunirão o pregoeiro e a equipe de apoio, designados pela Portaria nº 320 de 12 de Abril de 2017, com a finalidade de receber propostas e documentos de habilitação, objetivando a aquisição de gêneros alimentícios para consumo do CRAS- São Martinho/RS.

1. DO OBJETO:

Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa(s) para o fornecimento de itens de gênero alimentício, conforme carta proposta anexa ao presente Edital, para consumo dos participantes das atividades desenvolvidas pelo Centro de Referência da Assistência Social- CRAS São Martinho/RS.

2. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES:

Para participação no certame, a licitante, além de atender ao disposto no item 7 deste edital, deverá apresentar a sua proposta de preço e documentos de habilitação em envelopes distintos, lacrados, não transparentes, identificados, respectivamente, como de nº 1 e nº 2, para o que se sugere a seguinte inscrição:

AO MUNICÍPIO DE SÃO MARTINHO/RS.

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2017.

ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA

PROPONENTE (NOME COMPLETO)

AO MUNICÍPIO DE SÃO MARTINHO/RS.

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2017.

ENVELOPE Nº 02 - DOCUMENTAÇÃO

PROPONENTE (NOME COMPLETO)

3. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO:

3.1. A licitante deverá apresentar-se para credenciamento junto ao pregoeiro, diretamente, por meio de seu representante legal, ou através de procurador regularmente constituído, que devidamente identificado e credenciado, será o único admitido a intervir no procedimento licitatório, no interesse da representada.

3.1.1. A identificação será realizada, exclusivamente, através da apresentação de documento de identidade.

3.2. A documentação referente ao credenciamento de que trata o item 3.1 deverá ser apresentada fora dos envelopes.

3.3. O credenciamento será efetuado da seguinte forma:

a) se representada diretamente, por meio de dirigente, proprietário, sócio ou assemelhado, deverá apresentar:

a.1) cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado;

a.2) documento de eleição de seus administradores, em se tratando de sociedade comercial ou de sociedade por ações;

a.3) inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício, no caso de sociedade civil;

a.4) decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;

a.5) registro comercial, se empresa individual.

b) se representada por procurador, deverá apresentar:

b.1) instrumento público ou particular de procuração, este com a firma do outorgante reconhecida, em que conste os requisitos mínimos previstos no art. 654, § 1º, do

Código Civil, em especial o nome da empresa outorgante e de todas as pessoas com poderes para a outorga de procuração, o nome do outorgado e a indicação de amplos poderes para dar lance(s) em licitação pública; ou

b.2) carta de credenciamento outorgado pelos representantes legais da licitante, comprovando a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

Observação 1: Em ambos os casos (b.1 e b.2), o instrumento de mandato deverá estar acompanhado do ato de investidura do outorgante como representante legal da empresa.

Observação 2: Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar a carta de credenciamento para o representante da empresa, a falta de qualquer uma invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.

3.4. Para exercer os direitos de ofertar lances e/ou manifestar intenção de recorrer, é obrigatória a licitante fazer-se representar em todas as sessões públicas referentes à licitação.

3.5. A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, disciplinados nos itens 6.15 a 6.18 e 7.3, deste edital, deverão apresentar, fora dos envelopes, no momento do credenciamento, **declaração, firmada por contador, de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte.**

3.5.1. As cooperativas que tenham auferido, no ano calendário anterior, receita bruta até o limite de 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais), gozarão dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, disciplinados nos itens 6.15 a 6.18 e 7.3, deste edital, conforme o disposto no art. 34, da Lei 11.488, de 15 de junho de 2007, desde que também apresentem, fora dos envelopes, no momento do credenciamento, **declaração, firmada por contador, de que se enquadram no limite de receita referido acima.**

4. DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES:

4.1. No dia, hora e local, mencionados no preâmbulo deste edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à sessão pública do pregão, o pregoeiro, inicialmente, receberá os envelopes nºs 01 - PROPOSTA e 02 - DOCUMENTAÇÃO.

4.2. Uma vez encerrado o prazo para a entrega dos envelopes acima referidos, não será aceita a participação de nenhuma licitante retardatária.

4.3. O pregoeiro realizará o credenciamento das interessadas, as quais deverão:

a) comprovar, por meio de instrumento próprio, poderes para formulação de ofertas e lances verbais, bem como para a prática dos demais atos do certame;

b) apresentar, ainda, declaração de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação.

5. DA PROPOSTA DE PREÇO:

5.1. A proposta, cujo prazo de validade é fixado pela Administração em 60 dias, deverá ser apresentada em folhas sequencialmente numeradas e rubricadas, sendo a última datada e assinada pelo representante legal da empresa, ser redigida em linguagem clara, sem rasuras, ressalvas ou entrelinhas, e deverá conter:

a) razão social da empresa;

b) descrição completa do produto ofertado com sua marca.

c) preço unitário líquido, indicado em moeda nacional, onde deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a operação ou, ainda, despesas com transporte ou terceiros, que correrão por conta da licitante vencedora.

Observação: Serão considerados, para fins de julgamento, os valores constantes no preço até, no máximo, duas casas decimais após a vírgula, sendo desprezadas as demais, se houver, também em eventual contratação.

6. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

6.1. Verificada a conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, a autora da oferta de valor mais baixo e as das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances, verbais e sucessivos, na forma dos itens subsequentes, até a proclamação da vencedora.

6.2. Não havendo, pelo menos, 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão as autoras das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances, verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos em suas propostas escritas.

6.3. No curso da sessão, as autoras das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidadas, individualmente, a apresentarem novos lances, verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir da autora da proposta classificada em segundo lugar, até a proclamação da vencedora.

6.4. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

6.5. A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, obedecida a ordem prevista nos itens 6.3 e 6.4.

6.5.1. Dada a palavra a licitante, esta disporá de 30 s (trinta segundos) para apresentar nova proposta.

6.6. É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

6.6.1.A diferença entre cada lance não poderá ser inferior a R\$0,10 (dez centavos) do menor lance.

6.7. Não poderá haver desistência dos lances já ofertados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades constantes no item 13 deste edital.

6.8. O desinteresse em apresentar lance verbal, quando convocada pelo pregoeiro, implicará na exclusão da licitante da etapa competitiva e, conseqüentemente, no impedimento de apresentar novos lances, sendo mantido o último preço apresentado pela mesma, que será considerado para efeito de ordenação das propostas.

6.9. Caso não seja ofertado nenhum lance verbal, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço unitário e o valor estimado para a contratação, podendo o pregoeiro negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.

6.10. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

6.11. Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo, comparando-a com os valores consignados em planilha de custos, decidindo motivadamente a respeito.

6.12. A classificação dar-se-á pela ordem crescente de preços propostos e aceitáveis. Será declarada vencedora a licitante que ofertar o menor preço unitário, desde que a proposta tenha sido apresentada de acordo com as especificações deste edital e seja compatível com o preço de mercado.

6.13. Serão desclassificadas as propostas que:

- a) não atenderem às exigências contidas no objeto desta licitação;
- b) forem omissas em pontos essenciais, de modo a ensejar dúvidas;
- c) afrontem qualquer dispositivo legal vigente, bem como as que não atenderem aos requisitos do item 5;
- b) contiverem opções de preços alternativos ou que apresentarem preços manifestamente inexequíveis.

Observação: Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

6.14. Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

6.15. Encerrada a sessão de lances, será verificada a ocorrência do empate ficto, previsto no art. 44, §2º, da Lei Complementar 123/06, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que atenderem ao item 3.5.1, deste edital.

6.15.1. Entende-se como empate ficto aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, bem como pela cooperativa, sejam superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.

6.16. Ocorrendo o empate, na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa detentora da proposta de menor valor será convocada para apresentar, no prazo de 5 (cinco) minutos, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

b) Se a microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 6.15.1 deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto na alínea *a* deste item.

6.17. Se nenhuma microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, satisfizer as exigências do item 6.16 deste edital, será declarado vencedor do certame o licitante detentor da proposta originariamente de menor valor.

6.18. O disposto nos itens 6.15 a 6.17, deste edital, não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

6.19. Da sessão pública do pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro das licitantes credenciadas, as propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, a análise da documentação exigida para habilitação e os recursos interpostos.

6.20. A sessão pública não será suspensa, salvo motivo excepcional, devendo todas e quaisquer informações acerca do objeto serem esclarecidas previamente junto a Secretaria de Administração deste Município, conforme subitem 14.1 deste edital.

6.21. Caso haja necessidade de adiamento da sessão pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, os licitantes presentes.

7. DA HABILITAÇÃO:

7.1. Para fins de habilitação neste pregão, o licitante deverá apresentar, dentro do ENVELOPE Nº 02, os seguintes documentos:

7.1.1. Declaração que atende ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme o modelo do Decreto Federal nº 4.358-02;

7.1.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) registro comercial, no caso de empresa individual;

b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

c) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);

d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.1.2.1 Será dispensada da apresentação, no envelope de habilitação, dos documentos referidos no item 7.1.2, a empresa que já os houver apresentado no momento do credenciamento, previsto item 3 deste edital.

7.1.3 REGULARIDADE FISCAL E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado ou do Município, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades;

b) prova de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Negativa de Débito de Tributos e Contribuições Federais expedida pela Secretaria da Receita Federal e Certidão Negativa de Débitos quanto à dívida ativa da União, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional);

c) prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante;

d) prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante;

e) prova de regularidade relativa à Seguridade Social (CND/INSS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos em lei;

f) prova de regularidade (CRF) junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

7.1.4 REGULARIDADE TRABALHISTA:

a) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

7.1.5 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 60 (sessenta) dias da data designada para a apresentação do documento;

7.1.6 COMPROVAÇÃO DA QUALIDADE DO PRODUTO A SER FORNECIDO:

a) alvará sanitário atualizado expedido pela Secretaria Municipal de Saúde, bem como do Alvará de Localização e Licença expedido pela Prefeitura Municipal.

b) Os participantes que **apresentarem proposta para fornecimento de itens de origem animal**, deverão apresentar certificado de procedência do produto, Emitido Pelo Serviço de Inspeção Municipal, S.I.M., caso a origem seja no próprio município de São Martinho/RS, e, emitido pela DIPOA Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Animal (antigo CISPOA) órgão de inspeção vinculado à Secretaria Estadual de Agricultura Pecuária e Irrigação, caso o produto tenha origem em outros municípios do Estado do Rio Grande do Sul.

7.2. Para as empresas cadastradas no Município, a documentação poderá ser substituída pelo seu Certificado de Registro de Fornecedor, desde que seu objetivo social comporte o objeto licitado e o registro cadastral esteja no prazo de validade.

Observação: Caso algum dos documentos fiscais obrigatórios, exigidos para cadastro esteja com o prazo de validade expirado, a licitante deverá regularizá-lo no órgão emitente do cadastro ou anexá-lo, como complemento ao certificado apresentado, sob pena de inabilitação.

7.3 A microempresa e a empresa de pequeno porte, bem como a cooperativa que atender ao item 3.5.1, que possuir restrição em qualquer dos documentos de **regularidade fiscal**, previstos no item 7.1.3, deste edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em 5 (cinco) dias úteis, a da sessão em que foi declarada como vencedora do certame.

7.3.1 O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

7.3.2 Ocorrendo a situação prevista no item 7.3, a sessão do pregão será suspensa, podendo o pregoeiro fixar, desde logo, a data em que se dará continuidade ao certame, ficando os licitantes já intimados a comparecer ao ato público, a fim de acompanhar o julgamento da habilitação.

7.3.3 O benefício de que trata o item 7.3 não eximirá a microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

7.3.4 A não regularização da documentação, no prazo fixado no item 7.3, implicará na inabilitação do licitante e a adoção do procedimento previsto no item 8.2, sem prejuízo das penalidades previstas no item 13.1, alínea *a*, deste edital.

7.4. O envelope de documentação que não for aberto ficará em poder do pregoeiro pelo prazo de 06 meses, a contar da homologação da licitação, devendo a licitante retirá-lo, após aquele período, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de inutilização do envelope.

8. DA ADJUDICAÇÃO:

8.1. Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, a licitante que ofertar o menor preço será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

8.2. Em caso de desatendimento às exigências habilitatórias, o pregoeiro inabilitará a licitante e examinará as ofertas subsequentes e qualificação das licitantes, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, ocasião em que o pregoeiro poderá negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.

8.3. Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro proclamará a vencedora e, a seguir, proporcionará as licitantes a oportunidade para manifestarem a

intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta dessa manifestação expressa, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recorrer por parte da licitante.

9. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

9.1. Tendo a licitante manifestado motivadamente, na sessão pública do pregão, a intenção de recorrer, esta terá o prazo de 03 (três) dias corridos para apresentação das razões de recurso.

9.2. Constará na ata da sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todas as demais licitantes ficaram intimadas para, querendo, manifestarem-se sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias corridos, após o término do prazo da recorrente, proporcionando-se, a todas, vista imediata do processo.

9.3. A manifestação expressa da intenção de interpor recurso e da motivação, na sessão pública do pregão, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

9.4. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio daquela que praticou o ato recorrido, a qual poderá, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, reconsiderar sua decisão ou fazê-lo subir, acompanhado de suas razões, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da subida do recurso, sob pena de responsabilidade daquele que houver dado causa à demora.

10. DOS PRAZOS

10.1 Esgotados todos os prazos recursais, a Administração, no prazo de 10(dez) dias, convocará a vencedora para assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

10.2 O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma vez e pelo mesmo período, desde que seja requerido de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

10.3 A entrega dos produtos se dará de forma imediata na quantidade solicitada em cada abastecimento.

10.4 O termo inicial do contrato será o de sua assinatura e o final ocorrerá até o dia 31 de dezembro de 2017.

11. DO RECEBIMENTO:

11.1. Os produtos serão entregues em um prazo máximo de 10 dias após a solicitação do Setor de Compras da Prefeitura Municipal de São Martinho. Todos os produtos deverão ser entregues dentro da vigência do contrato.

11.2. Verificada qualquer desconformidade do objeto com o bem entregue, a licitante vencedora deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sujeitando-se às penalidades previstas neste edital.

11.3. Se ao término da vigência do contrato houver itens não solicitados pela Administração, estes não serão entregues, não havendo qualquer direito de indenização à CONTRATADA por produtos não entregues.

12. DO PAGAMENTO:

12.1. O pagamento será efetuado após o empenho da nota fiscal referente à aquisição dos bens solicitados pela administração. A quitação será efetuada até o 10º dia do mês subsequente a entrega dos materiais mediante depósito de conta bancária indicada pelo fornecedor ou por intermédio da tesouraria do município, com a entrega da nota fiscal correspondente.

12.2. A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número do pregão e da ordem de fornecimento, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

12.3. Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IGPM/FGV do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros de 0,5% ao mês, *pro rata*.

12.4. As despesas oriundas da contratação serão pagas com recursos federais dos programas PAIF e SCFV, conforme processo administrativo integrante do presente processo licitatório.

13. DAS PENALIDADES:

13.1 Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de participante do pregão ou de contratante, as licitantes, conforme a infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

a) deixar de apresentar a documentação exigida no certame: *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 6 meses e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;*

b) manter comportamento inadequado durante o pregão: *afastamento do certame e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 6 meses;*

c) deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 1 ano e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;*

d) executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: *advertência;*

e) inexecução parcial do contrato: *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 1 anos e multa de 8% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;*

f) inexecução total do contrato: *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato;*

g) causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: *declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 5 anos e multa de 10 % sobre o valor atualizado do contrato.*

13.2 As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.

13.3 Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

14.1. Quaisquer informações ou dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes de interpretação do edital, deverão ser solicitadas por escrito, ao Município de São Martinho/RS, Secretaria de Administração, sito na Av. Osvaldo de Souza, nº 124, ou pelos telefones (55) 3533 1170, no horário compreendido entre as 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:10 horas, preferencialmente, com antecedência mínima de 03 (três) dias da data marcada para recebimento dos envelopes.

14.2. Os questionamentos recebidos e as respectivas respostas com relação ao presente pregão encontrar-se-ão à disposição de todos os interessados no Município, Secretaria de Administração

14.3. Ocorrendo decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização de ato do certame na data marcada, a data constante deste edital será transferida, automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente normal subsequente ao ora fixado.

14.4. Para agilização dos trabalhos, solicita-se que as licitantes façam constar na documentação o seu endereço, *e-mail* e os números de fax e telefone.

14.5. Todos os documentos exigidos no presente instrumento convocatório poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada, por tabelião ou por servidor, ou, ainda, publicação em órgão da imprensa oficial.

14.6. As cópias extraídas da internet dos documentos referidos nos item 7.1.3, alíneas *b*, *c* e *d*, serão tidas como originais após terem a autenticidade de seus dados e certificação digital conferidos pela Administração.

14.7. A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666-93, sobre o valor inicial contratado.

14.8. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

14.9. A Administração poderá revogar a licitação por razões de interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade, em despacho fundamentado, sem a obrigação de indenizar (art. 49 da Lei Federal nº 8.666-93).

14.10. Fica eleito o Foro da Comarca de Santo Augusto/RS para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

São Martinho/RS, 28 de agosto de 2017.

MARINO KREWER
Prefeito Municipal

Este edital foi devidamente examinado e
aprovado por esta Assessoria Jurídica.

Em 28 de agosto de 2017.

Alex Fabiano Blatt

Assessor Jurídico

ANEXO I

(MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO)

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2017

AO,

MUNICÍPIO DE SÃO MARTINHO/RS

A empresa _____, com sede na Rua _____, no Estado de _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, pela presente CREDENCIA o Sr. _____, portador do documento de Identidade nº _____ e portador do CPF nº _____, para representá-la na Licitação/Modalidade Pregão Presencial, supra mencionada, promovida pelo MUNICÍPIO DE SÃO MARTINHO, outorgando-lhe poderes para formulação de propostas e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame, podendo para tanto, praticar todos os atos necessários para o bom e fiel cumprimento deste mandato.

São Martinho, _____ de _____ de 2017.

Diretor ou Representante (s) Legal da Empresa

ANEXO II

DECLARAÇÃO

DECLARO, sob as penas da lei, para fins do Pregão Presencial n.º 025/2017, que a empresa _____ não foi declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV, do artigo 87 da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores, bem como que comunicarei qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos de habilitação que venha alterar a atual situação quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômico-financeira.

São Martinho-RS, ____ de _____ de 2017.

(assinatura do Diretor ou Representante Legal da empresa)

ANEXO III

MODELO PADRÃO – DECLARAÇÃO DE MENORES

DECLARAÇÃO

....., inscrito no CNPJ n., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade n.e do CPF n., DECLARA, sob as penas da lei, para fins do Pregão Presencial n.º 025/2017, que não que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, conforme o disposto no inciso V, do artigo 27 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, em condição de aprendiz.

São Martinho-RS, ____ de _____ de 2017.

.....

(representante legal)

Obs: SOMENTE em caso afirmativo, manter a ressalva acima.

ANEXO IV

DECLARAÇÃO

DECLARO, para os devidos fins e efeitos legais que na data de ---
-----/-----/2017, recebi o EDITAL DE PREGÃO Nº 025/2017, da Prefeitura Municipal
de São Martinho –RS, bem como estou ciente das condições e instruções gerais sobre o mesmo,
conforme e segundo a Legislação vigente.

São Martinho, _____ de _____ de 2017.

ASSINATURA E CARIMBO

ANEXO VI

CARTA PROPOSTA PREGÃO PRESENCIAL Nº 025.2017 Equipamentos UBS – São Martinho/RS

IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE

Nome Fantasia:			
Razão Social:			
CNPJ:	Optante pelo Simples(Sim/Não):		
Endereço:			
Bairro:	Cidade:		
C.E.P.:			
Telefone:	FAX:		
Banco:	Conta bancária:		
N.º da agência:	Nome da agência:		
Preposto:			
Celular:			
Representante legal:			
R.G. /Órgão Emissor:	C.P.F.:		
Estado Civil:	Nacionalidade:		

Secretaria Municipal de Saúde

Item	Especificação	Marca	Und.	Qnt	Valor unitário	Valor total
01	ERVA MATE DE BOA QUALIDADE SEM AÇÚCAR PACOTES DE 1 KG BEM LACRADO, COM DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE E INFORMAÇÃO NUTRICIONAL NO RÓTULO.		Fardos com 20 pacotes	01		
02	PÓ DE CAFÉ, (PARA COAR), PACOTES DE 500G, EMBALAGENS LACRADAS, COM DATA		Pacotes	02		

	DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE E INFORMAÇÃO NUTRICIONAL NO RÓTULO.					
03	CAFÉ SOLÚVEL, GRANULADO TIPO MATINAL COM DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE E INFORMAÇÃO NUTRICIONAL NO RÓTULO.		Saches	04		
04	BOLACHA TIPO MARIA, PACOTE COM 4 EMBALAGENS INTERNAS, BEM LACRADAS, COM DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE E INFORMAÇÃO NUTRICIONAL NO RÓTULO, COM 800 GRAMAS.		Pacotes	10		
05	MILHO COM ERVILHA, EMBALAGENS DE 280 GRAMAS.		Caixas	03		
06	AMIDO DE MILHO – PACOTE DE 1 KG. A EMBALAGEM DEVE SER DE PLÁSTICO, COM SOLDA REFORÇADA E ÍNTEGRA, DESTACANDO DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 12 MESES. COM INFORMAÇÃO NUTRICIONAL NO RÓTULO.		Pacotes	02		
07	FERMENTO EM PÓ – LATA DE 100G. AS LATAS DEVEM SER SEM FERRUGEM E/OU		Potes	06		

	AMASSADAS. COM DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 12 MESES.					
08	CHOCOLATE EM PÓ SOLÚVEL – SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR, CAIXA DE 200G. A EMBALAGEM DEVE SER RESISTENTE, COM SOLDA REFORÇADA E ÍNTEGRA, DEVE CONTER DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL NO RÓTULO, E NÃO CONTER GLÚTEN.		Caixas	06		
09	SAL REFINADO – PCTS DE 1 KG. EMBALAGEM PLÁSTICA, TRANSPARENTE, RESISTENTE, COM SOLDA REFORÇADA E INTEGRA. COM DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 12 MESES E INFORMAÇÃO NUTRICIONAL NO ROTULO,		Pacotes	02		
10	TOMATE SEMIMADURO, TAMANHO MÉDIO , DE BOA QUALIDADE, SEM RACHADURAS, SEM MANCHAS, NEM BATIDAS E NEM PODRES E COM ODOR AGRADÁVEL PRÓPRIO.		Kg	10		
11	CEBOLA MÉDIA DE BOA QUALIDADE SEM		Kg	07		

	MANCHAS E RACHADURAS, NEM BATIDAS E NEM PODRES E COM ODOR AGRADÁVEL PRÓPRIO.					
12	ÓLEO DE SOJA – FRASCO DE 900ML, EMBALAGEM RESISTENTE E BEM LACRADA, COM DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE, E INFORMAÇÃO NUTRICIONAL NO RÓTULO.		Frascos	20		
13	MAÇÃ VERMELHA DE BOA QUALIDADE, SEM MOFO, NÃO MACHUCADAS E NÃO PODRES.		Kg	05		
14	OVOS DE GALINHA COLONIAL , DE BOA QUALIDADE, NÃO TRINCADOS, NÃO QUEBRADOS, COM ODOR AGRADÁVEL EM GRADES ESPECÍFICAS PARA ARMAZENAMENTO PRÓPRIO.		Dúzias	20		
15	PÃO DE CACHORRO QUENTE 30G , NÃO AMASSADOS, NÃO MOFADOS, EM EMBALAGEM PLÁSTICA, TRANSPARENTE E RESISTENTE BEM COMO EM CAIXAS DE PAPELÃO RESISTENTES BEM		Und.	300		

	LACRADAS, CONFORME PEDIDO.					
16	PÃO DE SANDUÍCHE, FATIADO, PESO APROXIMADAMENTE ATÉ 680 GRAMAS, NÃO AMASSADOS, NÃO MOFADOS, EM EMBALAGEM PLÁSTICA, TRANSPARENTE E RESISTENTE.		Und.	20		
17	QUEIJO MUSSARELA FATIADO, PACOTES DE 1KG, DE BOA QUALIDADE, SEM MOFO, ODOR AGRADÁVEL, EMBALAGEM PLÁSTICA, TRANSPARENTE E RESISTENTE, COM DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.		Kg	05		
18	PRESUNTO FATIADO, SEM GORDURA, PACOTES DE 1 KG, DE BOA QUALIDADE, SEM MOFO, ODOR AGRADÁVEL, EMBALAGEM PLÁSTICA, TRANSPARENTE E RESISTENTE, COM DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.		Kg	04		
19	IOGURTE DE FRUTAS SABORES DIVERSOS – PACOTES DE 1 LITRO, EMBALAGEM PLÁSTICA, RESISTENTE, COM SOLDA REFORÇADA E ÍNTEGRA, COM DATA DE		Litros	10		

	FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE E INFORMAÇÃO NUTRICIONAL NO RÓTULO.					
20	NATA PASTEURIZADA – POTES DE 350G, DE BOA QUALIDADE, EMBALADO EM POTES RESISTENTES E BEM LACRADOS, COM DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE E INFORMAÇÃO NUTRICIONAL NO RÓTULO		Potes	05		
21	MARGARINA VEGETAL SEM SAL, POTES DE 0,500KG, EMBALAGEM RESISTENTE, COM SOLDA REFORÇADA E ÍNTEGRA, COM DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE E INFORMAÇÃO NUTRICIONAL NO RÓTULO.		Potes	02		
22	BOLACHA DOCE CASEIRA DIVERSAS, PACOTES DE 1 KG, DE BOA QUALIDADE, MACIAS, EMBALAGEM PLÁSTICA, TRANSPARENTE E RESISTENTE, COM DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE E INFORMAÇÃO NUTRICIONAL NO RÓTULO.		Kg	05		
23	CUCA DOCE RECHEADA CASEIRA, DIVERSOS		Unid.	20		

	SABORES, TAMANHO MÉDIO (+_ 600G), DE BOA QUALIDADE, NÃO ABATUMADAS, NEM CRUAS, EMBALAGEM PLÁSTICA TRANSPARENTE E RESISTENTE, COM DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE E INFORMAÇÃO NUTRICIONAL NO RÓTULO.					
24	CENOURA MÉDIA DE BOA QUALIDADE, SEM MOFO, SEM RACHADURAS, SEM MANCHAS DE BATIDAS E COM ODOR E SABOR AGRADÁVEL PRÓPRIO.		Kg	05		
25	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL – PACOTE DE 5 KG, SEM ADITIVOS QUÍMICOS, ENRIQUECIDO DE FERRO E ACIDO FÓLICO, EMBALAGEM RESISTENTE E COM SOLDA REFORÇADA E		Pacote	05		
26	AÇÚCAR BRANCO CRISTAL – PACOTE DE 5 KG, EMBALAGEM PLÁSTICA, TRANSPARENTE, RESISTENTE E COM SOLDA REFORÇADA E INTEGRA, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 12 MESES E COM INFORMAÇÃO NUTRICIONAL NO RÓTULO.		Pacote	05		

27	FARINHA DE MILHO , MÉDIA, PACOTES COM 500G, EMBALAGENS BEM VEDADAS, COM DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE E INFORMAÇÃO NUTRICIONAL NO RÓTULO.		Pacotes	06		
28	MAMÃO FORMOSA , TAMANHO MÉDIO DE BOA QUALIDADE, SEM MOFO, SEM MACHUCADOS DE BATIDAS, SEM RACHADURAS, COM ODOR E SABOR CARACTERÍSTICO.		Unid.	10		
29	ALFACE CRESPA VERDE DE BOA APARÊNCIA, NOVA, DE 1º QUALIDADE, COM ODOR E CARACTERÍSTICAS PRÓPRIAS, EMBALADAS EM SACOS PLÁSTICOS TRANSPARENTE		Unid.	08		
30	LARANJA DE UMBIGO , DE 1º QUALIDADE, NOVA, SEM RACHADURAS, SEM MANCHAS, COM ODOR E CARACTERÍSTICAS PRÓPRIAS, EMBALADAS EM EMBALAGENS DE 1 KG.		Kg	05		
31	MELADO , DE BOA QUALIDADE, NOVO E CLARO.		Kg	05		
32	AMENDOIM , DE 1º QUALIDADE, LIMPOS, COM ODOR E CARACTERÍSTICAS		Kg	15		

	ESPECÍFICAS, EMBALADAS EM RECIPIENTES/EMBALAGENS DE 1 KG.					
33	BANANA PRATA , DE BOA QUALIDADE, SEM MOFO, NÃO MACHUCADAS E NÃO PODRES, E NEM MUITO VERDE PARA CONSUMO.		Kg	15		
34	EXTRATO DE TOMATE , PACOTES 340 GRAMAS, EMBALAGEM RESISTENTE E BEM LACRADA, COM DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL NO RÓTULO, E NÃO CONTER GLÚTEN.		Pacotes	05		
35	ABACAXI , TAMANHO MÉDIO A GRANDE, DE 1º QUALIDADE, LIMPOS, COM ODOR E CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS.		Unid.	10		
36	CHÁ –SABORES: CAMOMILA, ERVA-DOCE, MAÇÃ, HORTELÃ , CAIXA DE 18G A 20G, CONTENDO 10 SACHES POR CAIXA, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL NO RÓTULO, NÃO CONTENDO GLÚTEN.		Caixas	10		

37	SALSICHA SEM CORANTE, PACOTES DE 500 GRAMAS, DE BOA QUALIDADE, COM ODOR E CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS, EMBALAGEM RESISTENTE E BEM LACRADA, COM DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE E INFORMAÇÃO NUTRICIONAL NO RÓTULO, NÃO CONTENDO GLÚTEN.		Kg	08		
38	GELATINA, DIVERSOS SABORES, CAIXAS DE 35 GRAMAS, BEM LACRADAS, COM DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL NO RÓTULO.		Caixas	08		
39	PIPOCA, GRUPO DURO, CLASSE AMARELO, TIPO 1, PACOTE DE 500 GRAMAS, EMBALAGEM RESISTENTE E BEM LACRADA, COM DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE E INFORMAÇÃO NUTRICIONAL NO RÓTULO.		Pacotes	10		
40	ANILINA COMESTÍVEL, DIVERSOS SABORES, FRASCO DE 25 ML, COM DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.		Frascos	05		
41	MANGA TOMMY ATKINS		Kg	05		

	OU ROSA, TAMANHO MÉDIO À GRANDE, DE 1º QUALIDADE, COM ODOR E CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS.					
42	COCO EM FLOCOS, SEM AÇÚCAR, EMBALAGENS DE 100 GRAMAS.		Unid.	10		
43	LEITE CONDENSADO, EMBALAGENS DE 395 ML.		Unid.	20		
44	CREME DE LEITE, EMBALAGENS DE 200 ML.		Unid.	08		
45	BOLACHA INTEGRAL, EMBALAGENS DE 500 GRAMAS.		Pacotes	05		
46	LEITE EM PÓ, EMBALAGENS DE 500 GRAMAS, BEM LACRADAS, COM DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL NO RÓTULO.		Kg	20		
47	POLVILHO AZEDO, EMBALAGENS DE 500 GRAMAS, BEM LACRADAS, COM DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E INFORMAÇÃO NUTRICIONAL NO ROTULO.		Pacotes	10		
48	AÇÚCAR MASCADO, EMBALAGENS DE 500		Pacotes	01		

	GRAMAS, BEM LACRADAS, COM DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E INFORMAÇÃO NUTRICIONAL NO RÓTULO.					
49	CAIXA DE BOMBOM DE 400G, BEM LACRADAS, COM DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E INFORMAÇÃO NUTRICIONAL NO RÓTULO.		Caixas	100		
50	BARRA DE CHOCOLATE AO LEITE , DE BOA QUALIDADE EMBALAGENS DE 170 GRAMAS.		Barras	100		
51	BARRA DE CHOCOLATE MEIO AMARGO DE BOA QUALIDADE EMBALAGENS DE 170 GRAMAS.		Barras	100		
52	BARRA DE CEREAL , COM 25 G ; BANANA AVEIA E MEL, 83 CALORIAS; LIGHT., BEM LACRADAS, COM DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E INFORMAÇÃO NUTRICIONAL NO RÓTULO.		Unid.	100		
53	BARRA DE CEREAL , COM 25 G ; MAÇA, CANELA, PASSAS, 82 CALORIAS; LIGHT., BEM LACRADAS, COM DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E INFORMAÇÃO		Unid.	100		

	NUTRICIONAL NO RÓTULO.					
54	BARRA DE CEREAL , COM 25 G ; COCO, 90 CALORIAS; LIGHT., BEM LACRADAS, COM DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E INFORMAÇÃO NUTRICIONAL NO RÓTULO.		Unid.	100		
55	SALGADOS DIVERSOS, ASSADOS (PASTEIZINHOS, CANUDINHOS, COXINHAS...).		Unid.	300		
56	TORTA DOCE RECHEADA COM RECHEIO DIET.		Kg	08		
57	POLPA DE FRUTAS NATURAL DIVERSOS SABORES		Kg	50		
58	DOCINHOS DE FESTA, NEGRINHO, BEIJINHO.		Unid.	300		
					TOTAL	

Validade da proposta: 60 dias

Ass. e Carimbo

VALIDADE DA PROPOSTA: 06 meses.

ANEXO VI

CONTRATO Nº ____/2017

FORNECIMENTO DE GENÊROS ALIMENTÍCIOS

O MUNICÍPIO de São Martinho, Estado do Rio Grande do Sul, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob nº. 87.613.097/0001-96, com sede administrativa na Prefeitura Municipal, Avenida Osvaldo de Souza, 124, na cidade de São Martinho – RS, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Senhor MARINO KREWER, brasileiro, casado, agente político municipal, portador do CPF nº451.698.020-72 e cédula de identidade nº6041599363, expedida pela SSP/PC RS, residente e domiciliado à Rua Luís José Konzen, número 35, Bairro Novo, na cidade de São Martinho/RS, denominado CONTRATANTE e a empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, com sede _____, município de _____/RS, ora em diante denominado CONTRATADO, ajustam entre si o presente contrato de prestação de serviços, mediante as seguintes cláusulas e condições que reciprocamente aceitam, ratificam e outorgam na forma abaixo estabelecida, tudo de acordo com a Legislação vigente.

PRIMEIRA: OBJETO DO CONTRATO – Contratação de empresa para fornecimento de gêneros alimentícios para consumo de integrante de participantes de atividades desenvolvidas pelo CRAS- Centro de Referência de Assistência Social de São Martinho.

SEGUNDA: DA VIGENCIA -O presente contrato vigorará têm vigência até a data de 31 de dezembro de 2017.

TERCEIRA : DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO:Pela entrega integral dos itens licitados será pago o valor total de R\$ _____ (_____).

O pagamento será efetuado conforme a retirada dos itens, até o 10º dia do mês subsequente a entrega dos materiais com a entrega da nota fiscal correspondente pelo CONTRATADO. O pagamento será processado por depósito em conta bancária ou diretamente com a tesouraria do município.

O pagamento se dará através das seguintes dotações orçamentárias: Órgão 13 – Secretaria Municipal de Assistência Social; 2.101 – Programa apoio as famílias PAIF; 339030000000-

Material de consumo. 2033-Manutenção dos programas de convivência-SCFV; 339030000000-
Material de consumo.

QUARTA : DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES, MULTAS E DA RESCISÃO: As partes obrigam-se a cumprir todas as CLÁUSULAS CONTRATUAIS, sendo que, caso ocorra a incidência de fato estranho ao bom andamento do ajustado, deverá ser sanada nas disposições da Lei 8.666/93, com suas respectivas alterações, aplicando-se, subsidiariamente, a legislação correlata.

QUINTA: A rescisão contratual poderá ser determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos na Lei 8.666/93; ou, por acordo entre as partes, desde que tal rescisão traga conveniência à Administração.

Paragrafo único: Finda a vigência do contrato se houver itens pendentes de retirada, estes poderão não ser retirados, ficando a critério da Administração Municipal tal escolha, não tendo a contratada direito a qualquer indenização em virtude da sobra de itens.

SEXTA: Fica estipulada multa de mora, no valor de 10% (dez por cento) do valor do presente contrato, conforme previsto na lei 8.666/93, caso a contratada não cumprir com as obrigações assumidas neste instrumento. Já no caso de atraso dos pagamentos por parte do Contratante, incidirá juros de 1% (um por cento) ao mês sobre a parcela em atraso.

DO FORO CONTRATUAL:

SÉTIMA: As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Santo Augusto, Estado do Rio Grande do Sul, como foro do contrato ora firmado, em detrimento de todos os demais por mais privilegiados que sejam.

E, por assim restar convencionado, as partes contratantes, assinam o presente, em três vias de igual teor e forma, bem como duas testemunhas.

São Martinho/RS, _____ de _____ de 2017.

CONTRATADA
CNPJ nº _____
Testemunhas:

MARINO KREWER
Prefeito Municipal